



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Formoso do Araguaia  
Poder Legislativo

Nº DO PROCESSO:

DOCUMENTO: ☐ Projeto de Lei ☐ Projeto de Resolução ☐ Outros: \_\_\_\_\_  
☐ Medida Provisória ☐ Proposta de Emenda Voto

DATA: 23/08/2017

ASSUNTO: Processo de credenciamento do online 10, para B de autôgrafos  
em 12/08/17 de 01 ao 07 de 07

UNIDADE ADMINISTRATIVA: \_\_\_\_\_

MOVIMENTAÇÃO

Data	Origem	Destino	Rubrica do Servidor Origem	Rubrica do Servidor Destino

Situação do Processo:

☐ Aprovado ☐ Reprovado ☐ Retirado ☐ Cancelado

Obs: \_\_\_\_\_

ANOTAÇÕES: \_\_\_\_\_



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA**  
**SECRETARIA GERAL**

**PROTOCOLO GERAL Simplificado**

<b>NÚMERO DE ORDEM</b> <b>201708045</b>	<b>INTERESSADO/ORIGEM</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA</b>		
<b>ASSUNTO</b> OFICIO GAB Nº089/2017, ASSUNTO: VETO A MODIFICAÇÃO DO ARTIGO 10, PARTE B DO AUTÓGRAFO DE LEI 009/2017 DE 04 DE AGOSTO DE 2017.			
<b>DATA DE REGISTRO</b> 31/08/2017	<b>DESTINO INICIAL</b> PRESI	<b>DATA RECEBIMENTO</b> 31/08/2017	<b>ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)</b> Nayare Campos

**ACOMPANHAMENTO**

DATA	ORIGEM	DESTINO	ASSINATURA DO(A) SERVIDOR(A)

<b>ATENDENTE</b>	<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA</b>
------------------	-------------------------------

A segunda via deste documento deverá acompanhar o processo até o arquivamento.  
Em se tratando de documento de pagamento (Nota Fiscal, etc.), o número de ordem será o mesmo inicial da Solicitação de Compras e/ou Serviços.



ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA

---

Ofício GAB nº 089/2017

Formoso do Araguaia – TO, 29 de agosto de 2017.

*A Sua Excelência o Senhor.*

**JOSAFÁ PAZ DE SOUSA**

Presidente da Câmara Municipal de Formoso do Araguaia - TO.

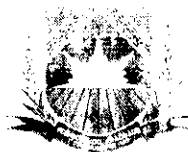
Assunto: **VETO A MODIFICAÇÃO DO ARTIGO 10, PARTE B DO AUTÓGRAFO DE LEI 009/2017 DE 04 DE AGOSTO DE 2017.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Vossa Excelência encaminhou à sanção cópia do Autógrafo de Lei nº 009/17, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências, de autoria do Executivo e com alteração no artigo 10, parte B, alterando a transferência de receita líquida corrente para a área da saúde de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento).

No entanto, embora reconhecendo o nobre propósito da iniciativa de valorizar ainda mais o investimento na área da saúde, comprometer o Município a essa obrigatoriedade no atual momento em que a situação financeira do Estado Brasileiro e isso incluem os Municípios que passam por grandes dificuldades financeiras, não é possível arcar com essa responsabilidade a mais.

Ressalta-se que mesmo a obrigatoriedade de investimentos no importe de 15% (quinze por cento) determinado pela Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, em seu artigo 1º (sétimo), o Município no último ano investiu mais de 20% (vinte por cento) de seu orçamento em saúde.



ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA

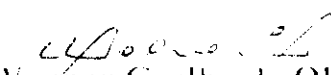
---

Desta forma, mesmo investindo esses valores, o Município não pode se comprometer com a obrigatoriedade desse percentual, pois poderá afetar outras áreas que também necessitam de investimentos, portanto veto a mudança no referido artigo, evitando assim onerar o Município.

Nessas condições, **evidenciadas as razões que me conduzem a vetar a mudança no artigo aprovado por esta casa, devolvendo o assunto ao reexame dessa Colenda Casa de Leis.**

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais membros da Câmara Municipal protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Wagner Coelho de Oliveira  
Prefeito Municipal



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Formoso do Araguaia**

**PARECER N. 06/2017, COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, REFERENTE AO VETO DO EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 009/2017.**

**ASSUNTO:** Veta parte do Projeto de Lei 009/2016, autoria do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

**AUTOR: Poder Executivo**

**RELATOR: Felipe Souza Oliveira**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Veto ao Projeto de Lei n. 009/2017, por parte do executivo, o qual “dispõe sobre as diretrizes gerais para a colaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências”.

O Veto Foi protocolado junto a esta Casa de Leis no dia 31/08/2017, pelo Poder Executivo Municipal.

É a síntese do relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

Em análise minuciosa do veto e do Projeto de Lei em comento, observam-se, irregularidades na emenda apresenta pelo Legislativo Municipal uma vez que instituiu despesas ao Município, incorrendo em vício de iniciativa, assiste razão o Chefe do Executivo, tendo em vista que o projeto de Lei não atendeu os requisitos legais.

Finda a análise, o Relator com base na Lei Orgânica do Município, manifestou **pela MANUTENÇÃO DO VETO, e o consequente arquivamento.**

**III – PARECER DA COMISSÃO**

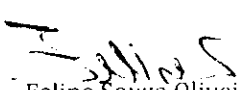
As Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, por unanimidade aprovam o voto do Relator, que manifestou pela **MANUTENÇÃO DO VETO**, e o consequente arquivamento.

Sala das Comissões aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de 2017.



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Formoso do Araguaia**  
**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.**

  
Guilherme Barros Siriano  
**Presidente**

  
Felipe Souza Oliveira  
**Relator**

Mosaniel Falcão de França Júnior  
**Membro**